

# Gravidez indesejada e casamento infantil: o impacto terrível da pandemia nas vidas de meninas na América Latina

*Fundo de População da ONU estima que crise econômica resultante da pandemia de Covid-19 e precariedade dos serviços de saúde sexual e reprodutiva poderão deixar 18 milhões de mulheres e adolescentes sem acesso a métodos contraceptivos e levar a mais de 600 mil gestações*

[\(O Globo/Celina | 01/08/2020 | Por Leda Antunes\)](#)

No ano passado, um total de 470 abortos legais foram realizados no sistema público de saúde mexicano, um país de 126 milhões de pessoas, de acordo com dados do Ministério da Saúde local. Por toda a América Latina, fazer um aborto costuma ser difícil, mas é ainda mais durante o período de isolamento social necessário para conter a pandemia de Covid-19, dizem especialistas. Juntos, a América Latina e o Caribe têm mais de 4,3 milhões de casos do novo coronavírus. Especialistas alertam para um [aumento no número de gravidezes de adolescentes](#) já que o acesso ao aborto e aos métodos contraceptivos ficam mais restritos devido à concentração de recursos nos esforços para combater a Covid-19 - mesmo que a maioria dos países latino-americanos permita, por lei, a realização do procedimento em casos de estupro.

[Acesse a matéria completa no site de origem.](#)

---

## Uma a cada 4 meninas no Brasil

# se casa antes dos 18 anos, diz ONU, por Jamil Chade

[\(Uol | 30/06/2020 | Por Jamil Chade\)](#)

De cada quatro meninas no Brasil, uma ainda se casa antes de completar 18 anos de idade. Os dados foram publicados nesta terça-feira pelo Fundo de População da ONU (Organização das Nações Unidas), que divulgou seu relatório mundial sobre as violações de direitos contra mulheres e meninas.

O Brasil, conforme o relatório, tem uma alta taxa de casamento infantil e, apesar de ter apresentado melhora nos indicadores de gravidez na adolescência, ainda está acima da média mundial. Oficialmente, só é permitido oficializar casamentos entre homens e mulheres acima de 18 anos, ou 16 anos quando autorizado pelos pais.

[Acesse a matéria completa no site de origem.](#)

---

## Pandemia do novo coronavírus terá 'impacto catastrófico' para mulheres no mundo inteiro, alerta ONU

*Estudo internacional prevê aumento nos casos de violência doméstica, gestações indesejadas, casamentos infantis e mutilações genitais na próxima década*

[\(Celina/O Globo, 28/04/2020 - acesse no site de origem\)](#)

A pandemia de Covid-19 terá um “impacto catastrófico” para as mulheres afirmou nesta terça-feira (28) a Organização das Nações Unidas (ONU), depois de um estudo internacional mostrar que o isolamento social necessário para conter o avanço do novo coronavírus pode levar a um aumento de 20% nos casos de violência doméstica, além de [mais casos de casamentos infantis](#) e [mutilações genitais de meninas](#). O estudo foi conduzido pelas universidades Johns Hopkins (EUA), Victoria (Austrália) e a organização internacional Avenir Health.

[Com consequência da pandemia](#), dezenas de milhões de mulheres deixarão de ter acesso a métodos contraceptivos e milhões de meninas podem ser submetidas a casamentos forçados e à mutilação genital. Cada três meses de isolamento podem resultar em 15 milhões de casos a mais de abuso doméstico, de acordo com o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, na sigla em inglês), a agência da ONU que trata de questões populacionais.

As projeções salientam o que a ONU já descreveu como uma “pandemia-sombra” da Covid-19. [Muitos países já relatam aumentos nos casos de violência doméstica](#). Ao mesmo tempo, a quarentena torna mais difícil para os serviços de proteção às mulheres chegarem a elas, isoladas em suas casas.

- Esses novos dados mostram o impacto catastrófico que a Covid-19 poderá ter em breve sobre mulheres e meninas em todo o mundo - diz Natalia Kanem, chefe do UNFPA. - A pandemia está aprofundando as desigualdades, e [milhões de mulheres e meninas agora correm o risco de não terem acesso ao planejamento familiar, a proteger seus corpos e sua saúde](#).

Os pesquisadores acreditam que 44 milhões de mulheres em 114 países de baixa ou média renda podem perder o acesso a contraceptivos, o que deverá levar a 1 milhão de gravidezes não planejadas, caso o isolamento dure três meses e cause interrupção nos serviços.

O número de gravidezes indesejadas pode chegar a 7 milhões se o isolamento se prolongar por seis meses, de acordo com o estudo.

- Esses cenários são muito realistas - diz Ramiz Alakbarov, vice-diretor

executivo do UNFPA. - O que estamos dizendo é: por favor, não tirem a saúde reprodutiva e os serviços de planejamento familiar de seus prioridades. Essa crise tem uma crise das mulheres dentro de si.

O UNFPA acredita que os serviços de saúde podem ficar tão sobrecarregados com a Covid-19 que não conseguirão prover os serviços de planejamento familiar. As mulheres também podem evitar idas às clínicas com medo de contágio ou pelas restrições de movimento. A pandemia também afeta as cadeias de produção. Muitos contraceptivos podem desaparecer das prateleiras nos próximos seis meses em mais de uma dezena de países pobres.

Os pesquisadores também acreditam que pode haver um número extra de [13 milhões de casamentos infantis](#) e outros [dois milhões de casos de mutilação genital](#) na próxima década já que a pandemia pode impedir os esforços globais para acabar com essas duas práticas. O aprofundamento da pobreza causado por uma recessão global pode fazer com que mais famílias casem suas filhas mais cedo.

*Por Reuters*

---

## **Arquitetura de genocídio também tem gênero, por Djamila Ribeiro**

*Definitivamente não é fácil a vida de meninas neste país*

[\(Folha de S.Paulo, 10/01/2020 - acesse no site de origem\)](#)

Indignada, terminei de ler uma [reportagem da Folha](#) do último domingo (5): com decretações via rede social, assassinato de meninas dispara no Ceará.

Ela fala da escalada no número de assassinatos de meninas adolescentes no estado como resultado da disputa pela posse delas por organizações criminosas atuantes na região.

Segundo aponta o texto, que traz a história do assassinato brutal de duas jovens, não se pode ter amigo em território dominado por outra organização nem se negar a “fazer um corre”. Conta, inclusive, que pintar o cabelo de vermelho, cor relacionada a uma das organizações, já seria motivo para uma decretação de morte. Consultado pela reportagem, Luiz Fábio Paiva, professor do Laboratório de Estudos da Violência na Universidade Federal do Ceará, bem observou que “um menino não morreria pela mesma situação. Há um controle moral dessa menina”.

É uma realidade brutal. Da infância à velhice, a [“guerra às drogas”](#), que na verdade se trata de “guerra à população negra”, vem produzindo consequências devastadoras na vida de meninas e mulheres em áreas vulneráveis. Segundo o Infopen Mulheres, entre 2006 e 2014 houve um aumento de 567,4% da população carcerária feminina, das quais 50% têm entre 18 e 29 anos e 67% são negras, realimentando um ciclo de exclusão e miséria que atinge direta e indiretamente milhões de pessoas.

As adolescentes estão também inseridas nessa arquitetura perversa de marginalização e criminalização da pobreza.

Juliana Borges, pesquisadora e autora do livro “Encarceramento em Massa”, diz sobre as jovens sob medidas socioeducativas, a partir de dados coletados pelo Conselho Nacional de Justiça em parceria com a Universidade Católica de Pernambuco: “Há um alarmante dado que aponta para a juventude negra como foco de ação genocida do Estado brasileiro”.

“Os dados de jovens mulheres sob medidas socioeducativas também vêm crescendo. A estrutura das casas segue a lógica prisional, a maioria das internas tem entre 15 e 17 anos, sendo 68% negras —esse dado no estado de São Paulo chega a 72%. Tráfico de drogas e roubo são a maioria dos atos infracionais, e os argumentos apresentados não diferem: vulnerabilidades sociais, necessidade de sustento dos filhos e da família, desestruturação familiar, violência e abuso doméstico-sexual.

E conclui: “Então, como podemos falar em democracia racial no Brasil quando os dados nos mostram um sistema prisional que pune e penaliza prioritariamente a população negra? Como podemos negar o racismo como pilar das desigualdades no Brasil sob esse quadro? Simplesmente não podemos”.

Intersecções de identidade nos atravessam e nos posicionam em determinados lugares sociais, sendo, no caso das meninas negras, uma situação dramática. Quando essas meninas não estão morrendo, estão sendo presas, muitas delas já mães precoces. Nessa arquitetura neocolonial do Estado brasileiro em marginalizar a população indesejada e manter essas jovens meninas negras sob controle, há ainda uma estrutura posta para mantê-las a serviço da ordem patriarcal.

Definitivamente não é fácil a vida de meninas nesse país. Elas têm contra si o fantasma do abuso sexual à espreita, normalmente no seio familiar e sob o qual há um silêncio. Dados colhidos pelo Instituto Igarapé contam que, [entre as principais vítimas de violência sexual, 56,4% são crianças](#), em especial meninas. Nesses casos, os agressores são homens conhecidos (65%).

A ordem patriarcal ainda põe o país na quarta posição no índice de casamento infantil, com 2,9 milhões de uniões precoces, segundo dados da Unicef.

A larga desvantagem material aliada à estrutura machista e à falta de políticas públicas faz com que seja naturalizado e imposto o casamento de meninas com homens mais velhos, em um ciclo de perpetuação da desigualdade de gênero e de raça pela gravidez precoce, o abandono escolar e os demais prejuízos na vida social dessas jovens.

É um colapso na sociedade brasileira. A criação de um destino horrível para essas meninas também é consequência de omissão e ilegalidade do Estado. Em um cenário nada favorável no âmbito federal, não há muito o que se esperar. Parece que pautas que discorram sobre a vida e desafios das meninas brasileiras não existem fora das lutas e espaços feministas.

É uma arquitetura de genocídio e exclusão contra meninas, jovens

e mulheres vulneráveis nesse país. Um escárnio, uma vergonha, um escândalo.

*Por Djamila Ribeiro, Mestre em filosofia política pela Unifesp e coordenadora da coleção de livros Feminismos Plurais.*

---

## **Lei Maria da Penha e casamento infantil, uma realidade não tão distante, por Fabíola Sucasas e Viviana Santiago**

Em seu artigo 7º, inciso III, a Lei 11.340/06, conhecida por “Lei Maria da Penha”, a violência sexual é entendida como qualquer conduta que constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força física. Outros exemplos são mencionados, como a conduta que force a mulher ao matrimônio.

Forçar ao matrimônio. Do que exatamente estamos falando?

[\(Estadão, 24/08/2019 - acesse no site de origem\)](#)

A ONU utiliza o termo casamento prematuro, forçado e de crianças para definir casamento infantil. **Precoce e prematuro** já que o início da vida matrimonial concorre com outros direitos que devem ser garantidos; **forçado** porque é uma realidade que não advém de uma escolha, mas de uma desigualdade; **de crianças**, porque segundo a Convenção sobre os Direitos das Crianças, todo ser humano menor de 18 anos é considerado criança.

Aqui gostaríamos de acrescentar a possibilidade de olhar para esse fenômeno como algo que atinge exponencialmente a vida das meninas, e dessa forma nos somarmos aos esforços que nomeiam a situação de “*meninas adolescentes em casamentos e uniões forçadas e precoces*”.

Esta realidade pode parecer muito distante da brasileira, algo que eventualmente seja comum em países asiáticos ou africanos, ou algo que só acontecia no passado, como nossas avós e tias, mas não.

Na América Latina, o Brasil está entre os cinco países com índices mais altos: Nicarágua República Dominicana, Brasil, Honduras e México. Uma em cada quatro meninas da América Latina e Caribe se casam antes dos 18 anos.

É o Brasil um dos países que mais contribui para o retrato mundial do número de meninas esposas agora estimado em 650 milhões, incluindo meninas menores de 18 anos que já se casaram e mulher adulta que se casou na infância **(1)** .

Segundo o Banco Mundial, são cerca de 554 mil casamentos de meninas entre 10 a 17 anos por ano no Brasil, sendo mais de 65 mil delas com idades entre 10 e 14 anos. Na maior parte dos casos, são meninas que se casam ou se unem a homens mais experientes, com melhores condições econômicas e mais velhos, uma diferença média de 5 a 8 anos.

São casamentos ou uniões heteroafetivas e, ao contrário do que muitos pensam, não é uma escolha, é uma violação a direitos humanos.

O estudo mais recente sobre o tema **(2)** traz um caso que bem retrata isso: a menina se casou com 10 anos com um homem de 19 anos porque a situação familiar era considerada grave, já que a mãe teve cinco filhos e nenhum dos pais assumiu. Aos 11 engravidou, oito anos depois engravidou novamente, de trigêmeos, e teve que parar de estudar na sexta-série para cuidar da família.

As causas do casamento infantil são múltiplas e variam de contexto para contexto, embora seja possível perceber um fio condutor entre todas elas. Dentre os motivos já mapeados, estão a pobreza, a “lavagem” de honra da família pela perda da virgindade ou gravidez, e com isso percebemos como o tabu em torno da sexualidade das meninas impacta esse processo.



Mas não é só. Identificamos meninas que expressam o desejo pelo matrimônio pois entendem como uma possibilidade de fugir de um lar violento, de poder viver mais sua liberdade e muitas ainda porque acreditam que com o casamento serão mais respeitadas pela comunidade, algumas inclusive alegando que sofrerão menos assédios e violência urbana.

Todas essas justificativas expressam uma afronta, interdição e violação a acesso a direitos do que a decisão madura e livre, no mínimo o que se espera de quem deseja se unir a alguém para a construção de uma vida conjugal.

E assim como se iniciou a união, também qualquer manifestação de “vontade” da menina é aprisionada nesta relação. As vulnerabilidades pela tenra idade da criança, somadas àquelas que rondam o gênero feminino, se amplificam a partir da diferença de idade entre ela e o cônjuge, abrindo-lhe espaço para uma somatória de manifestações de poder.

Daí advém as mais variadas e perplexas - e naturalizadas - expressões de dominação masculina: a atribuição a uma incapacidade de esboçar opinião e pensamento, a subserviência aos cuidados de filhos e do lar às custas de riscos à saúde, o abandono escolar, exclusão ou precariedade no acesso ao mercado de trabalho, ou mesmo ao reforço do argumento do “sou seu dono”, decorrendo, pois, práticas e mais práticas que se encaixam perfeitamente naquelas formas de violência previstas na Lei Maria da Penha - violência psicológica, moral, patrimonial, física e sexual.

Implica-se deste quadro, por exemplo, a maior quantidade de gestações que as meninas adolescentes têm no período do casamento, uma vez que em muitos casos identificamos a gravidez e a interdição do uso de contraceptivos como estratégia utilizada por esses homens para manterem as meninas no contexto do lar e sem convivência comunitária.

E é importante ressaltar, quanto a gravidez na adolescência, que o risco de mortalidade materna é mais alto para adolescentes menores de 15 anos e o fato de que as complicações na gravidez e no parto são uma das principais causas de morte entre esse grupo em países em desenvolvimento.

Nem é preciso descrever neste texto os ciclos da violência para compreender

que, senão pelo já tão evidente cenário de que o próprio casamento (e união) é, em si, desde o seu nascimento ao seu desenvolvimento uma violação latente - e, pela Lei Maria da Penha, uma violência sexual -, aqui também um possível presságio: o feminicídio.

O Atlas da Violência de 2019 trouxe o dado de que, em 2017, 4.936 mulheres foram assassinadas, o maior número em 10 anos. São 13 vítimas por dia, 66% das quais, negras. Estudos autorizam concluir que o histórico de violência é um fator de risco a assassinatos de mulheres, logo não se descarta que, se o casamento infantil tem como uma de suas consequências a maior incidência de violência doméstica e estupro conjugal, pode ser também uma realidade que antecede o feminicídio. Não se trata de uma suposição leviana, uma vez que os estudos qualitativos revelam a dificuldade das meninas em identificarem atitudes agressivas e controladoras dos companheiros como violência, muitas vezes naturalizando as condutas e compreendendo-as como parte ínsita da vivência do casamento, talvez também proveniente dos anos em que testemunharam violências sofridas por suas próprias genitoras.

A eliminação do casamento infantil, precoce e forçado, compõe a agenda 2030 da ONU para o desenvolvimento sustentável perante a igualdade de gênero; entrelaça-se também com outros esforços, como a erradicação da pobreza, o alcance da educação universal, dentre outras.

Estima-se que, a cada ano, 12 milhões de meninas se casam antes do seu 18º aniversário. Para esse número diminuir, seria preciso acelerar os esforços em 12 vezes em relação à última década **(3)**. Ocorre, porém, que apesar de o casamento infantil ter se tornando menos comum no mundo todo, na América Latina e no Caribe não houve evidências de progresso, tampouco no Brasil, considerado o 4º no mundo em casamentos infantis, prematuros e forçados.

Entendemos a persistente invisibilidade do fenômeno como uma recusa em aceitação da dimensão de violência advinda de uma realidade que lhe é inerente, e do habitual gesto da sociedade de submeter meninas e mulheres à autoridade e poder de caráter “corretivo” concedido aos homens.

É preciso muito mais para a eliminação do casamento infantil. O conjunto da sociedade precisa revisitar todas as dinâmicas que o naturalizam e o toleram.

É preciso atuar na promoção dos direitos das meninas e no acesso pleno aos seus direitos. Sem sombra de dúvida interdita-se muito este repertório positivo atribuído ao casamento e à união estável, mas é preciso mais, é preciso que se reconheçam as meninas como pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, e vislumbrar que, na realidade, o fio condutor de todas as causas do casamento infantil está justamente na violência de gênero constituída, basicamente, na maneira como socializamos e (des)valorizamos as meninas.

Aos 13 anos da Lei Maria da Penha, sequer nela há a previsão, em suas diretrizes, a extirpação desta realidade. O fato é que, sem nenhuma evidência de progresso, resta a pergunta: do que serão nossas mulheres de amanhã?

**(1) e (3)** *Child Marriage - Last trends and future prospects* (Unicef, 2018) [Acesse aqui](#).

**(2)** *Tirando o véu - Estudo sobre casamento infantil no Brasil* (Plan International, 2019). [Acesse aqui](#). O estudo foi lançado no Ministério Público de São Paulo, em 25 de junho de 2019 (assista [aqui](#)).

*Por Fabíola Sucasas Negrão Covas e Viviana Santiago*

---

## **Casamento infantil: o que muda na sociedade quando a “mulher de família” é, na verdade, uma menina?**

O Brasil é o quarto país com maior número de meninas que se casam antes dos 18 anos. Uma realidade que está longe de representar um conto de fadas.

Aos 13 anos, Eliane Nascimento aproveitava a rotina entre a escola e o tempo livre em casa. Ao completar 14 anos, Lucilene Aparecida já cursava datilografia, mesmo contra a vontade dos pais, que não queriam a filha “circulando por aí”. Os 15 anos trazem boas recordações para Daniela dos Santos: dançar era sua maior preocupação. Aos 17 anos, Elaine Vanessa Gabriel, a Nanny, passava o dia entregando currículos em shoppings à procura de emprego. Foi então que um acontecimento mudou o rumo da vida de todas elas: o casamento.

**[\(UOL Univesa, 16/08/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

Embora o foco na maternidade e no trabalho doméstico seja o modelo de vida defendido como ideal pela ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves — segundo ela, “mulher nasce pra ser mãe” –, acontece que na composição das famílias brasileiras esta mulher, muitas vezes, é apenas uma menina.

Aqui, na maioria das uniões formais ou informais, a menina ou menino tem menos de 18 anos. Quem é do sexo feminino é mais afetada. São cerca de três milhões de garotas que mudaram drasticamente suas realidades ao se casarem na infância ou adolescência, de acordo com o estudo Ela Vai no Meu Barco: Casamento na Infância e Adolescência no Brasil, produzido entre 2014 e 2015.

Em todo o mundo, cerca de 650 milhões de mulheres se casaram antes do fim da adolescência, segundo a Unicef, o Fundo das Nações Unidas para a Infância. Uma em cada cinco meninas está casada antes de completar 18 anos. São 23 delas a cada minuto. Para a organização, essa realidade está longe de representar um conto de fadas: é um problema a ser enfrentado uma vez que interfere diretamente nos direitos de crianças e adolescentes pelo mundo.

Mesmo com um número tão alto de casamentos, quem acompanha de perto essa realidade afirma que um dos maiores desafios para enfrentar o problema é a invisibilidade. “Toda vez que a gente fala sobre isso as pessoas fazem aquela cara de ‘ué?’ porque o casamento infantil é completamente naturalizado. Isso transforma uma violência desse tamanho, num processo

quase invisível”, afirma Viviana Santiago, especialista em gênero da Organização Plan International.

Os motivos que levam ao casamento são diversos: vão desde a procura por proteção contra a violência sexual ou doméstica, casos de gravidez ou falta de oportunidades no mercado de trabalho, entre outros.

O nível socioeconômico do país também interfere. Os dados da Instituição “Girls Not Brides (Garotas, Não Noivas, em tradução livre para o português)” revelam que meninas de famílias pobres têm chances três vezes maiores de se casar antes dos 18 anos do que meninas de famílias mais ricas.

[Confira matéria completa no portal Universa](#)

*Por Camila da Silva*

---

## **Brasil acompanha países islâmicos em votações sobre direitos das mulheres e sexuais na ONU**

*Diplomacia de Bolsonaro se abstém de votar sobre investigação de política de extermínio na ‘guerra às drogas’ nas Filipinas*

[\(O Globo, 11/07/2019 - acesse no site de origem\)](#)

O Brasil acompanhou a posição de países de maioria islâmica, boa parte deles com governos autoritários, divergindo da quase totalidade das nações europeias e ocidentais, em várias votações sobre direitos sexuais e das mulheres no mais importante órgão de Direitos Humanos da ONU nesta quinta-feira.

O país também absteve-se de votar em uma resolução, aprovada pela maioria do Conselho de Direitos Humanos da ONU, sediado em Genebra, pedindo a abertura de uma investigação sobre as milhares de execuções extrajudiciais presumivelmente realizadas por policiais nas Filipinas, na chamada “guerra às drogas” do presidente Rodrigo Duterte .

Em uma resolução contra o casamento infantil e forçado, o Brasil votou a favor de uma emenda proposta por Egito, uma ditadura militar, e Iraque para excluir do texto uma referência “ao direito à saúde sexual e reprodutiva”.

A embaixadora brasileira, Maria Nazareth Farani Azevêdo, também votou a favor de outra proposta de emenda, sugerida por Bahrein e Arábia Saudita, monarquias absolutistas do Golfo Pérsico, para enfraquecer recomendação de educação sexual, alterando o texto para não mais recomendá-la “de acordo com a maturidade apropriada” de crianças e adolescentes, mas para torná-la dependente da “devida orientação dos pais e guardiões legais”.

Em votação sobre outra resolução, relacionada à educação sexual, o Brasil apoiou mudança proposta pelo Paquistão, propondo excluir a recomendação de “garantir o acesso universal à educação abrangente sobre sexualidade baseada em evidências”.

O Brasil não justificou nenhum desses apoios e foi derrotado nas propostas de emenda, com a maioria dos países do Conselho, que tem 47 membros, votando por derrubá-las.

### **Duterte eximido**

A proposta de investigação das execuções sumárias nas Filipinas, feita pela Islândia, foi apoiada por 18 países, incluindo 11 dos 12 europeus, com a exceção da Hungria, que votou contra. O Brasil foi um dos 15 países que se abstiveram, ao lado de Afeganistão, Ruanda, Chile e Japão. Outros 14 países votaram contra, incluindo China e Cuba. A resolução pede ao Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU para preparar “um relatório escrito abrangente sobre a situação dos direitos humanos nas Filipinas”.

O governo de Duterte diz que 6.600 pessoas “morreram em tiroteios” com policiais, mas organismos de direitos humanos dizem que o número de

mortos pode superar 27 mil, e que grande parte das mortes foi de execuções sumárias. Em um relatório divulgado nesta semana, a Anistia Internacional afirma que o morticínio “chega ao limite de configurar um crime contra a humanidade”.

Ao justificar a abstenção, a embaixadora Maria Nazareth Farani Azevêdo afirmou que o Brasil “tem acompanhado a situação dos direitos humanos nas Filipinas” e “reconhece importantes medidas para os avanços dos direitos humanos naquele país”, além do “engajamento” de Manila nos Conselho de Direitos Humanos.

— Enquanto reconhecemos os progressos alcançados em tantas frentes, não podemos deixar de expressar nossa preocupação com os relatos de violações de direitos humanos, em particular relacionados à campanha antidrogas. Por esta razão, o Brasil irá se abster nesta resolução — disse Farani Azevêdo.

O texto aprovado pelo Conselho conclama o governo filipino a “tomar todas as medidas necessárias para prevenir execuções extrajudiciais e desaparecimentos forçados, para conduzir investigações imparciais e para responsabilizar os culpados, de acordo com as normas internacionais, incluindo o devido processo legal e o Estado de Direito”. No voto da embaixadora, o Brasil limitou-se a “pedir para as Filipinas continuarem a cooperação com o Alto Comissariado e com o Conselho de Direitos Humanos, inclusive autorizando visitas”.

Em outra votação, porém, o Brasil votou a favor de resolução contra a Eritreia, que renova o mandato de um relator especial no país. Em sua justificativa, a embaixadora disse preocupar-se “particularmente por restrições aos direitos civis e políticos” e por “denúncias recentes de perseguições, inclusive contra cristãos” no país.

### **Reeleição ao conselho**

Nesta quinta-feira, também aconteceu em Brasília uma reunião entre o Conselho Nacional de Direitos Humanos e o chefe do departamento de Direitos Humanos e Cidadania do Itamaraty, João Lucas Quental Novaes de Almeida, sobre [a candidatura brasileira à reeleição no Conselho de Direitos Humanos](#), para o triênio 2020-2022.

Ao apresentar os compromissos de sua candidatura, o Brasil excluiu menções a gênero, desigualdade e tortura, e inseriu “o fortalecimento das estruturas familiares” como uma de suas prioridades.

De acordo com o presidente do CNDH, Leonardo Pinho, o Itamaraty recebeu “críticas unânimes na reunião”. A candidatura do Brasil, segundo ele, é considerada “regressiva”.

Em resposta a perguntas enviadas sobre a candidatura na quarta-feira, o Itamaraty respondeu que “a maioria dos itens mencionados estava presente em edições anteriores dos compromissos. Há, nesse sentido, muitos elementos de continuidade, mas também novidades”.

Segundo o ministério, “nem todas as ações e prioridades do governo durante o atual mandato estão refletidas nos compromissos. O documento evita, por exemplo, singularizar grupos ou categorias, ao mesmo tempo que não exclui nenhum segmento”, acrescentou, antes de listar grupos a serem protegidos, como mulheres, crianças, pessoas com deficiências, idosos e a família, sem incluir pessoas LGBTQ.

Na reunião, o representante do Itamaraty afirmou que, por se tratar de diretriz do governo federal, o termo gênero não deve estar presente em nenhum documento diplomático durante o mandato de Jair Bolsonaro.

Novidades, com continuidades

No passado, durante os governos Lula, Dilma e Temer, o Brasil foi criticado por se abster de condenar violações aos direitos humanos em países como Irã, Síria e Sudão.

No entanto, as emendas que o país apoiou hoje são as chamadas “emendas hostis”, que tentam enfraquecer a força da resolução, afirmou Camila Asano, coordenadora da ONG Conectas Direitos Humanos, credenciada na ONU.

— O país apoiou emendas que visavam enfraquecer textos e tirar informações sensíveis. Isso vai na contramão do que a própria ministra Damares Alves afirma, que a educação precisa ser usada para combater o abuso sexual e a exploração sexual infantil — afirmou. — Não dá para dizer que os votos do país são inéditos, mas essa é uma nova tendência. O normal agora é ver o



Brasil ser colocado junto de países párias, que só estão no Conselho para proteger violações aos direitos humanos.

Em relação às Filipinas, Asano afirmou que a abstenção possivelmente busca proteger antecipadamente o Brasil de críticas externas em sua própria guerra às drogas, onde execuções extrajudiciais também são uma realidade:

— A abstenção não só mostra que o país não está preocupado com a população das Filipinas, mas também com o tema, se considerarmos que o Brasil tem uma série de desafios em relação a sua política de drogas — afirmou. — Ao não endossar resolução que condenava absurdos gerados por uma política de drogas, vê-se até onde Brasil vai para preservar uma política cada vez mais agressiva e violadora de direitos humanos. O país se aproxima das Filipinas em um quadro muito preocupante de execuções sumárias.

As votações no Conselho de Direitos Humanos continuam nesta sexta-feira, incluindo resoluções sobre a violência contra a mulher, identidade sexual e de gênero.

*Por André Duchiade*

---

## **Gravidez precoce é principal motivo para casamento infantil, diz estudo**

*Levantamento de ONG investiga causas e consequências de uniões na adolescência*

**[\(Folha de S.Paulo, 25/06/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

A [gravidez na adolescência](#) é a principal razão que leva meninas a se casarem antes dos 18 anos, segundo um estudo da organização Plan

International. O desejo de se casar, a perda da virgindade e a necessidade de sair de um lar conflituoso são os motivos que aparecem em seguida. O levantamento, intitulado “Tirando o Véu”, foi realizado entre novembro de 2017 e abril de 2018 em quatro cidades na Bahia e no Maranhão: Salvador, Camaçari, Mata de São João e Codó.

O estudo, qualitativo, entrevistou 217 pessoas, sendo 13 adolescentes casadas, 19 mulheres que se casaram quando eram menores de idade e 12 homens que se casaram com meninas. A pesquisa também ouviu famílias, líderes comunitários, agentes públicos e adolescentes que não se casaram.

Bahia e o Maranhão estão em quinto e décimo lugares, respectivamente, no ranking de casamentos ou uniões de meninas adolescentes registrados pelo IBGE em 2015. A atuação da ONG nesses estados facilitou a aproximação com as meninas e a realização da pesquisa.

De acordo com um estudo do Unicef de 2016, o Brasil tem o maior número de casos de casamento infantil da América Latina e o quarto no mundo. O problema afeta principalmente as meninas, que, de forma geral, se casam com parceiros mais velhos. Segundo dados do IBGE de 2016, foram 28.379 uniões de meninos de até 19 anos, contra 109.594 de meninas.

A pesquisa da Plan busca entender os motivos e os desdobramentos de uniões precoces no país, informais e no papel, explica Viviana Santiago, gerente de gênero da organização. É a primeira vez que realizam o levantamento.

“Não temos no Brasil muitos estudos sobre casamento infantil”, diz ela. “Por isso é difícil elaborar políticas públicas sobre o assunto.”

Para Gabriela Mora, oficial do programa de adolescentes do Unicef no Brasil, a pesquisa é importante para chamar atenção para um tema invisível no país. “Ainda que seja um levantamento regional, mostra normas sociais presentes na sociedade brasileira como um todo, que permitem que o casamento infantil seja tolerado”, diz.

No levantamento, entre os 44 casos de uniões durante a

adolescência estudados, em 15 a motivação foi a gravidez precoce. Segundo Mora, o estudo tem o mérito de mostrar que o casamento infantil e a gravidez na adolescência são fenômenos vinculados.

“Houve uma redução nos casos de gravidez precoce de 2006 a 2016, mas não é significativa quando comparada à queda da taxa de natalidade da população como um todo. E há desigualdades regionais profundas. Isso é preocupante”, diz Mora.

Santiago lembra que a gestação é tanto causa como consequência direta do casamento infantil. “Muitas vezes, a maternidade é uma forma de manter a menina em casa, deixá-la presa à dinâmica familiar”, diz.

Depois da gestação, o desejo de se casar aparece como a segunda motivação. Essa é uma das particularidades do Brasil e da América Latina, segundo Santiago: o fato de as uniões serem consentidas. Em outros países, é comum que a menina seja prometida para um homem em troca de dinheiro ou por questões culturais.

Santiago, entretanto, diz que é preciso relativizar esse consentimento, porque muitas vezes a menina opta pelo matrimônio por não ter outro projeto de vida. Isso também costuma ocorrer se a jovem vive em um lar violento ou é muito controlada pela família.

“Acham que o casamento é uma fuga. A esperança de uma vida melhor”, diz ela. Na pesquisa, a saída de um lar conflituoso aparece como a terceira motivação mais comum, junto com a perda da virgindade.

“Em alguns casos, a família descobre que a menina já teve relações sexuais e diz que ela precisa casar para não ‘viver em pecado’. E algumas meninas casam justamente para poder perder a virgindade, porque a sexualidade delas é controlada pela família”, afirma Santiago.

### **Consequências**

Entre as consequências das uniões antes dos 18 anos mencionadas na pesquisa, o abandono escolar é uma das principais. Das 13 meninas entrevistadas, seis largaram os estudos.

Uma delas foi Juliana (nome fictício), 15, moradora de Codó, cidade de pouco mais de 120 mil habitantes no Maranhão, que decidiu se unir ao namorado, quatro anos mais velho, no fim de 2017.

“Larguei os estudos por causa da minha meninazinha. Mas vou voltar no próximo ano”, diz ela, que cursava o ensino fundamental. A filha tem hoje 9 meses.

A adolescente já estava grávida quando se casou, mas diz que isso não motivou a decisão. Segundo ela, a união, não formalizada em cartório, foi uma vontade dos dois, que só se viam aos fins de semana.

Ela conheceu o companheiro em uma festa realizada todo ano na cidade. Trocaram telefones, começaram a conversar por meio de um aplicativo de celular e, em poucos meses, já estavam namorando. Foi o seu primeiro relacionamento sério.

Mais alguns meses de namoro e o rapaz a chamou para morar com ele. “E eu disse que queria”, conta. “Falei com minha mãe e meu pai e eles falaram que, se eu quisesse ir, podia.”

Juliana não se arrepende da escolha. Conta que a vida mudou pouco desde então, especialmente agora que voltou a morar na casa dos pais, que trabalham como lavradores —o companheiro conseguiu um emprego como ajudante de obras e está há um mês morando em outro estado.

A rotina da jovem consiste em ajudar a mãe nas tarefas de casa, cuidar da bebê, cozinhar as refeições e ir à igreja católica que frequenta. Sonha em terminar os estudos e viajar para fora do Maranhão. “Quero conhecer um lugar mais longe, que nunca fui, tipo São Paulo”, conta.

Outros desdobramentos do casamento infantil são aumento do serviço doméstico, exclusão do mercado de trabalho e restrição da liberdade, segundo o estudo. Em alguns casos, o matrimônio resulta em violência, psicológica e física contra a mulher, ponto mais mencionado por agentes públicos e lideranças locais do que por meninas nas entrevistas, já que se trata de um assunto sensível.

Há aquelas que se casaram mais cedo do que Juliana. Na pesquisa, dos 44 casos de uniões durante a adolescência, 16 ocorreram com meninas de idades entre 10 e 14 anos, o que por lei é considerado estupro de vulnerável. A pena para o crime, instituído em 2009, é de reclusão de 8 a 15 anos.

Em março, o presidente Jair Bolsonaro (PSL) sancionou uma lei que proíbe o casamento de pessoas de menos de 16 anos em qualquer circunstância. Antes, isso era possível em casos de gravidez e para evitar imposição ou cumprimento de pena criminal.

A expectativa é de que a pesquisa seja parte de um levantamento maior sobre a América Latina, que deve incluir também Bolívia, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Peru e República Dominicana.

## **Casamento infantil**

Estudo mostra causas e consequências das uniões na adolescência

### ***Principais motivações para o casamento***

Gravidez

Desejo do casal

Lar conflituoso

Perda da virgindade

Afeto/amor

Desejo pela maternidade

Iniciativa do marido

+ Estupro de vulnerável: dos 44 casos de uniões na adolescência, 16 ocorreram com meninas de 10 a 14 anos, o que configura crime

+ O abandono escolar é uma das consequências das uniões precoces: 6 das 13

meninas casadas com menos de 18 anos largaram os estudos

+ Todos os entrevistados casados disseram não querer que seus filhos se casem cedo como eles

Fonte: Plan International

# Senado aprova projeto que proíbe casamento de menores de 16 anos

*Atualmente, o Código Civil permite, excepcionalmente, o casamento de menores de 16 anos em caso de gravidez. Como já havia sido aprovado pela Câmara, texto vai à sanção presidencial.*

**[\(G1 - 19/02/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

O Senado aprovou nesta terça-feira (19) um projeto que impede, em qualquer caso, o casamento de pessoas com idade inferior a 16 anos.

A proposta, que altera o Código Civil, [já havia sido aprovada pela Câmara](#) e segue para a sanção do presidente Jair Bolsonaro.

Atualmente, o Código Civil permite, excepcionalmente, nos casos de gravidez, o casamento de quem ainda não completou 16 anos.

“Objetiva-se, portanto, por meio do projeto, impedir a antecipação do casamento em razão da gravidez na adolescência”, afirmou a relatora da proposta, a ex-senadora Marta Suplicy.

O Código Civil também prevê, excepcionalmente, permissão para o casamento de quem ainda não completou 16 anos para se evitar imposição ou cumprimento de pena criminal. A proposta aprovada nesta terça também exclui essa previsão.

A senadora Marta Suplicy disse, no relatório, que uma lei sancionada em 2005 já retirou, do Código Penal, trechos que permitiam a extinção da

punibilidade dos crimes de estupro, violência sexual mediante fraude, assédio sexual, estupro de vulnerável, entre outros, pelo casamento do agressor com a vítima, ou pelo casamento da vítima com terceiro.

“A persistência da atual redação do Código Civil, ainda que destituída de eficácia jurídica, atenta contra a dignidade das nossas crianças e adolescentes, bem como prejudica seriamente a imagem do Brasil no exterior”, afirmou Marta.

## **Autorização dos pais**

A proposta aprovada nesta terça-feira não altera trecho do Código Civil que prevê que pessoas com 16 anos podem casar, desde que tenham autorização dos pais, ou de representantes legais, enquanto não atingida a maioridade civil aos 18 anos.

## **‘Ruptura de sonhos’**

A senadora Eliziane Gama (PPS-MA) defendeu o projeto aprovado nesta terça e disse que o número de casamentos antes do 16 anos no país é alto.

“O Brasil é o quarto país do mundo em casamentos infantis. Os dados apresentam, por exemplo, que 877 mil mulheres brasileiras se casaram até os 15 anos de idade. Isso significa evasão escolar, significa, por exemplo, a submissão a baixos salários, significa a ruptura de sonhos e a frustração”, afirmou a parlamentar do Maranhão.

## **Prazo para Funpresp**

Os senadores aprovaram, também nesta terça-feira, a medida provisória que reabre o prazo para que os funcionários que ingressaram no serviço público federal possam aderir ao regime de previdência gerido pela Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp).

Pelo texto, os servidores terão até 29 de março deste ano para fazer a adesão. O prazo anterior acabou em 29 de julho.

Como não houve mudanças no conteúdo da MP enviada pelo Executivo, o texto vai à promulgação.

---

# América Latina e Caribe: uma década perdida para acabar com o casamento infantil

A América Latina e o Caribe é a única região do mundo onde a prevalência do casamento infantil e da união precoce não diminuiu na última década, disse nessa semana o escritório regional do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) para a América Latina e o Caribe.

[\(ONU Brasil, 11/04/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Os [níveis de casamento infantil](#) na região permaneceram em torno de 25% na última década, enquanto outras áreas do mundo registraram declínios significativos, principalmente no sul da Ásia, onde os níveis de casamento infantil caíram de quase 50% para 30% na última década.

Na região, o casamento prematuro entre as meninas indígenas, as meninas que vivem em áreas rurais e os grupos populacionais de média e baixa renda parecem ser mais recorrentes do que os das áreas urbanas e dos segmentos de alta renda. Na região, as uniões precoces não matrimoniais são mais frequentes do que o casamento formal e legal.

“O que estamos vendo em outras partes do mundo é um progresso real para proteger as meninas do casamento infantil, e isso é motivo de comemoração. No entanto, este não é o caso em nossa região, onde uma em cada quatro mulheres era casada ou estava em uma união pré-casamento antes dos 18 anos de idade”, disse Maria Cristina Perceval, diretora regional do UNICEF para a América Latina e o Caribe.

“As meninas que são forçadas a casar ou entrar em união antes de completar 18 anos são privadas de oportunidades imediatas e de longo prazo que, em última instância, afetam o cumprimento de seus direitos. O aumento do risco



de violência sexual, maternidade precoce, abandono escolar - além da exclusão social de seus pares - é um claro indicador de que as meninas da região estão sendo, e continuarão a ser, deixadas para trás se não agirmos agora.

Segundo um [recente estudo da ONU](#), o Brasil lidera o número de casamentos infantis da América Latina e tem o 4º maior índice global em números absolutos. Cerca de 3 milhões de jovens de 20 a 24 anos tiveram o matrimônio formalizado antes da maioridade no país. O número representa 36% do total de mulheres casadas dessa faixa etária.

Em todo o mundo, estima-se que 650 milhões de mulheres e meninas se casaram quando crianças, com a América Latina e o Caribe abrigando cerca de uma em cada dez delas. Sem ações e investimentos acelerados, a região terá a segunda maior prevalência de casamento infantil no mundo até 2030, atrás apenas da África Subsaariana e à frente do Sul da Ásia, região que tradicionalmente tem a maior prevalência de casamento infantil no mundo.

Se as tendências atuais continuarem, quase 20 milhões de meninas na América Latina e no Caribe se casarão na infância até 2030.

Uma das principais razões para que o casamento infantil e a união precoce na região não diminuíssem está relacionada às taxas de gravidez adolescente igualmente altas - segunda no mundo - e ao risco de violência sexual para meninas - 1,1 milhão de adolescentes relatam ter sofrido abuso sexual. Esses fatores combinados de desigualdade de gênero para meninas na América Latina e Caribe impedem suas opções e oportunidades.

A pobreza também contribui para o casamento infantil e para as uniões precoces que, combinadas com normas, papéis e relações de gênero, influenciam as crenças e decisões de que a união precoce é aceitável, e até mesmo desejável, como uma opção de vida.

Além disso, as lacunas na legislação nacional podem permitir o casamento antes dos 18 anos ou incluir exceções para permitir o consentimento dos pais, representante legal ou autoridade judicial.

“A igualdade das meninas é restrita na região por meio de impactos combinados de maternidade e uniões precoces, violência e oportunidades de vida limitadas. Não podemos mais manter os olhos fechados para seus direitos perdidos e potenciais. É por isso que, junto às nossas agências irmãs UNFPA e ONU Mulheres, lançamos um programa regional, solicitando urgentemente o fim dessas práticas na região. Convidamos outros parceiros a participar desta causa”, concluiu Perceval.

[Brasil tem maior número de casamentos infantis da América Latina e o 4º mais alto do mundo](#)